

Nova proposta é apresentada para verbas da União

O relator da Comissão de Sistematização, constituinte Bernardo Cabral, recebeu ontem dos deputados José Jorge (PFL-PE) e José Serra (PMDB-SP) uma proposta alternativa para a seção dos orçamentos da União, elaborada pelos dois para substituir os textos que tratam do tema no atual anteprojeto.

Nas duas comissões foi abordada a questão do orçamento de forma independente e por essa razão foi necessário um esforço de unificação e harmonização dos textos. Bernardo Cabral agradeceu o trabalho de José Jorge e José Serra, afirmando que representa uma grande ajuda no sentido de compor o seu substitutivo, a ser apresentado no dia 24. Segundo Cabral, seria que os dispositivos conflitantes ou duplicados passassem por um processo de negociação e compatibilização nas bases, como ocorreu neste caso.

As principais novidades da seção dos orçamentos são as seguintes. Cada governo fará investimentos (novas obras e expansões de serviços já existentes) de acordo com um plano plu-

riaual que terá a mesma vigência do mandato presidencial. Os orçamentos anuais serão orientados por uma lei de diretrizes orçamentárias aprovada previamente, a cada ano, que também será compatível com o plano plurianual.

Na elaboração do orçamento, o Executivo apresentará ao Congresso três documentos básicos: o orçamento fiscal referente aos três Poderes, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações; o orçamento dos investimentos das empresas em que a União detenha direta ou indiretamente a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento das entidades e dos fundos vinculados ao sistema de seguridade social (previdência).

Além desses documentos, o Executivo enviará ao Congresso um demonstrativo regionalizado do efeito sobre receitas e despesas relativas a anistias, isenções, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.



Muita crítica na sessão de ontem aos altos salários e ao projeto Hércules

PLENÁRIO

Assembléia debate marajás e Hércules

O "reacionário Hércules" e os "indécenos marajás" foram ontem várias vezes enfocados pelos oradores da sessão da Assembleia Nacional Constituinte. O primeiro foi acusado pelo deputado José Genoino (PT-SP) de se envolver em uma apresentação promocional muito grande mas pouco esclarecer a cerca de seu conteúdo. Os outros, que só no Congresso Nacional passaram dos 50 com salários superiores aos dos deputados e senadores, foram alertados pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) que podem ser "eliminados" pela Constituinte. O projeto do grupo dos 32, que recebeu o mitológico nome de Hércules, foi também elogiado, pelo deputado Ubiratan Spinelli (PDS-MT).

A sessão da Constituinte teve ontem um momento de poesia, quando o deputado Darcy Deitos (PMDB-PR) anunciou o lançamento do disco que reúne os vencedores do festival "Cantiterra" e leu as letras de duas músicas. Teve também um momento de tristeza, quando o senador Pompeu de Sousa (PMDB-DF), alertado pelo presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, registrou o falecimento do jornalista Cláudio Abramo, "um guerreiro na defesa da liberdade de imprensa", como lembrou Pompeu. Bastante emocionado, ele mostrou até dificuldade em retomar a análise do projeto de

Constituição que vinha fazendo.

Genoino teve duas oportunidades para falar do Hércules, durante o "pinga-fogo" de horário de comunicações de lideranças. Lembrou que o projeto aproveitou tudo que foi aprovado de reacionário pelas subcomissões e comissões temáticas. Disse ainda que o Hércules busca criar uma atmosfera política fazendo crer que o consenso gira em torno dele. "Estamos mal de consensos", ironizou o vice-líder petista, ressaltando que uma Constituição não pode ser feita à base de consenso, mas de discussão e votação. Para ele, consenso de elite acaba deixando a sociedade à margem do processo de elaboração da nova Carta.

MARAJÁS

Uma reunião do colégio de vice-líderes do PMDB fechou questão para por fim ao problema dos marajás, segundo adiantou ontem em plenário o deputado Maurílio Ferreira. A conclusão das vice-lideranças é de que não há quem receba legalmente, mas sim "indécenamente". Como a lei protege os altos salários, "apenas a Assembleia Nacional Constituinte tem condições de eliminar este problema", afirmou Maurílio. Pelos seus cálculos, só no Congresso existem, no mínimo, 50 funcionários com salários maiores que os dos parlamentares. Como su-

gestão para limitar esta "indécencia" legal, ele lembrou do projeto do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), que limita os subsídios dos servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário aos subsídios dos congressistas. Dos ministros de Estado e dos ministros dos Tribunais, respectivamente.

O deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP) concordou com Maurílio quanto às "vantagens legais" recebidas pelos marajás. Recebeu que as falhas estão na lei e que os três poderes têm que estar comprometidos com a solução do problema. Também o deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) ressaltou que contra este direito adquirido pelos marajás, só a Assembleia Nacional Constituinte, como poder originário, pode dar solução.

MONARQUIA

O horário reservado à discussão do projeto de Constituição foi preenchido por várias análises gerais do texto de Bernardo Cabral, entremeadas por colocações de emendas e defesas de alguns pontos polêmicos da Constituinte. O deputado Cunha Bueno (PDS-SP) voltou à tribuna para defender sua tese de monarquia parlamentarista para o Brasil, a partir de plebiscito em 1993, como está disposto na emenda popular entregue a Bernardo Cabral com 45 mil assinaturas.

PODER & POLÍTICOS

Revoada no PMDB

O senador Mário Covas está disposto a procurar outra legenda se não conseguir que o PMDB se comporte na linha dos seus compromissos históricos, que são os de um partido social-democrata. O líder do PMDB na Constituinte não se acha disposto a ingressar em um partido socialista, como alguns parlamentares mais à esquerda do PMDB, argumentando que não é socialista, mas social-democrata.

Covas tem, hoje, uma posição de destaque no PMDB, graças à grande popularidade que conseguiu conquistar, desde sua eleição para líder do partido na Constituinte. Ele é notório aspirante ao Palácio dos Bandeirantes, além de candidato (não declarado) à Presidência da República, mas no primeiro caso, não tem certeza de que conseguirá a legenda para ser candidato a governador.

Sabe que o atual governador de São Paulo, Orestes Quéricia, vai se empenhar para dominar a maioria do partido e influir na escolha do candidato. Seu grande adversário é o atual vice-governador de São Paulo, Almino Afonso, que trabalha mais estreitamente com o governador e tem condições de obter o seu apelo.

Há outros nomes, como o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, que certamente não seria o agrado de Quéricia. A grande disputa pelo controle do PMDB deverá se verificar nas convenções para renovação dos diretórios municipais, as quais se realizarão no dia 30 de janeiro. Os grupos derrotados nessas convenções poderão se transferir para outros partidos em busca de legendas, conforme a convicção das principais lideranças do PMDB.

A expectativa é de que os governadores, em sua grande maioria, assumam o controle do partido com o objetivo de influir na escolha do candidato à sucessão. Mário Covas poderia se transferir para outro partido depois do mês de janeiro, como Pimenta da Veiga, em Minas, Domingos Leonelli, na Bahia, Fernando Lyra e outros em Pernambuco.

O senador Mário Covas tem uma posição de indiscutível importância política hoje, no Brasil. Ele lamenta que o PMDB não respeite os seus compromissos programáticos. Não compreende, por exemplo, como o partido não fez um protesto público quando o presidente da República decidiu pedir o enquadramento na Lei de Segurança Nacional das pessoas acusadas de agredir o ônibus em que ele viajava, na Praça XV, no Rio de Janeiro.

"O PMDB não pode apoiar a aplicação da Lei de Segurança Nacional. É uma questão de princípio", afirma o líder do partido na Constituinte, lembrando que o deputado Ulysses Guimarães, hoje transformado em símbolo do PMDB, devia ter ido a Sarney para dizer que seu partido não poderia concordar com a aplicação da Lei Draconiana do autoritarismo.

Mário Covas gostaria que o PMDB tivesse unidade ideológica para estabelecer as linhas mestras da futura Constituição dentro da posição reformista da social-democracia. Reconhece que sempre que se colocam grandes problemas para debate no partido, uma corrente expressiva adota posição ultraconservadora, como ocorre no caso da reforma agrária ou da reforma urbana. Este é um impedimento concreto para que o PMDB defenda o seu programa reformista na Constituinte.

O partido engordou e ficou doente, segundo expressão empregada pelo próprio Covas para definir sua heterogeneidade ideológica. Muitos dos que aderiram ao PMDB para disputar as eleições do ano passado representam o inverso de tudo quanto o partido representa em termos de compromissos programáticos.

No PMDB, não há apenas os insatisfeitos como Mário Covas. Há também os que estão sem espaço no partido em face da ação contrária exercida pelos governadores. Este é o caso do deputado Pimenta da Veiga, em Minas Gerais, considerado o melhor candidato que o partido teria para disputar a prefeitura de Belo Horizonte.

O mesmo fenômeno se verifica na Bahia, no Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, entre outros estados importantes.

TARCISIO HOLANDA

Jurista pede Carta duradoura

São Paulo — "Nossas Constituições não resistem muito tempo porque tornam constitucionais princípios ordinários e particularizam situações que nunca são duradouras". A afirmação é do jurista Yves Gandra da Silva Martins, ao comentar ontem os trabalhos constituintes na reunião do Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

Yves Gandra defendeu mecanismos de controle sobre os governantes, porque a natureza humana não é confiável, especialmente quando chega ao poder, como aliás, já afirmava Montesquieu ao criar sua teoria dos três poderes. No Brasil, esses mecanismos são falhos, pois não temos um Poder Judiciário autônomo, nem Legislativo. O Judiciário é substituído pelo procurador-geral da República, que é o advogado do Presidente, e o Legislativo é comentado substituído pelo próprio executivo ao editar seus decretos-lei".

Comentando o anteprojeto de Bernardo Cabral, Yves Gandra afirmou que contém princípios ordinários e até matérias que deveriam ser objeto de portarias ou regulamentações. Nesse aspecto, "parece tudo, menos um texto constitucional". Sobre a ordem econômica, o jurista afirmou que os regimes estabelecidos se basearam em economias organizadas e com sólida base na iniciativa privada. Yves Gandra defendeu, assim, a adoção de princípios constitucionais que sejam favoráveis à iniciativa privada".

PMDB examina dia 17 o esboço do substitutivo

Meio ambiente, educação, direitos sociais, individuais e coletivos e Judiciário foram os temas examinados ontem pelo grupo de relatores que está elaborando um esboço de substitutivo ao projeto constitucional. O presidente da Comissão de Sistematização, deputado Ulysses Guimarães (SP), participou ativamente da "montagem do arcabouço", que está sendo feita no 24º andar do Banco do Brasil. O esboço deverá ter cerca de 250 artigos, será examinado na segunda-feira pela cúpula do PMDB, e submetido às lideranças partidárias na quinta-feira.

Na questão da estabilidade, ficará prevista a garantia de emprego e proibida a demissão arbitrária. Em relação à anistia, o texto a ser adotado será, em princípio, o produzido pelo senador José Agripino (PFL-RN), do grupo do consenso. Continua pendente a questão dos custos que ela acarretará. O esboço deverá manter o regime parlamentarista e o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, porque, segundo o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), relator-adjunto, "não há possibilidade de fazer uma coisa diferente do que veio das comissões e subcomissões". O senador disse que Cabral provavelmente enviará a questão à Comissão de Sistematização, para que ela opine, e afirmou que votará pelos quatro anos.

Na parte sobre educação, será mantida a vedação da destinação de verbas públicas para instituições com fins lucrativos, mas, segundo Fernando Henrique, o esboço deverá "amarrar mais um pouco os critérios para definir as escolas filantrópicas". No Poder Judiciário, deve ser estabelecido que o Supremo Tribu-

nal Federal terá também a função de tribunal constitucional. O conceito de empresa nacional e as normas sobre intervenção do Estado na economia serão os adotados pelo grupo dos 32 — cujo texto, que incorporou idéias do grupo do consenso, significou "um avanço", na opinião do senador.

O trabalho dos relatores tem por base o primeiro texto de Bernardo Cabral, o Hércules — do grupo dos 32 —, as mais de 30 emendas do grupo do consenso, algumas contribuições para o "enxugamento" do projeto e sugestões esparsas sobre tópicos mais importantes. Na feitura desse primeiro esboço não deverão ser analisadas as cerca de 20 mil emendas apresentadas, que estão sendo examinadas pela assessoria parlamentar. Fernando Henrique disse que está sendo difícil definir o que é ou não matéria constitucional, e qualificou a tarefa dos relatores de "um trabalho de ourivesaria".

Ontem à tarde, estiveram envolvidos na elaboração do esboço, além de Fernando Henrique e Ulysses, o senador Wilson Martins (PMDB-MS) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Pela manhã, constituintes de outros partidos — Adolpho de Oliveira (PL-RJ), Maurício Corrêa (PDT-DF) e Afonso Arinos (PFL-RJ) — também se engajaram na tarefa, que terá continuidade hoje.

Na segunda-feira, Ulysses, Fernando Henrique, Luiz Henrique — líder na Câmara —, Carlos Sant'Anna — líder do governo — e Mário Covas — líder na Constituinte — discutirão "pontos políticos", que não foram definidos pelos relatores, o que ocorrerá após a avaliação da cúpula do PMDB.

Cabral terá agora prazos bem rígidos

Pelos prazos do calendário oficial, o relator Bernardo Cabral tem até o próximo dia 23 para apresentar o seu novo substitutivo, com base nas emendas encaminhadas até a última quinta-feira à Comissão de Sistematização. Informalmente, contudo, o deputado terá que concluir o primeiro esboço do seu texto até segunda-feira, dia em que prometeu submeter o projeto às lideranças do PMDB.

Depois do seu partido, será a vez de o relator negociar o substitutivo com as outras legendas, a começar pelo PFL, o outro sócio da Aliança Democrática. De 24 a 30 de agosto, corre novo prazo para emendas, quando os parlamentares terão a oportunidade de alterar o substitutivo. Se ele não for a "Luz de Oliveira" que Cabral prometeu, depois de ter produzido o já famoso "Frankenstein I", o número de emendas poderá igualar-se às mais de 20 mil encaminhadas nesta primeira fase.

E também neste prazo (24 a 30) que ocorrerá outro grande momento da Constituinte. Durante as discussões em torno do substitutivo, os subscriptores de emendas populares (um por emenda) poderão defender suas propostas na tribuna da Constituinte.

mês e 7 de setembro, o relator tem prazo para oferecer parecer em relação às emendas da segunda fase. Nos dias 8 e 9, o parecer será publicado em avulsos e distribuído entre os constituintes.

Outra data importante é 10 de setembro, quando os parlamentares poderão apresentar, entre 9h e 15h, os pedidos de destaque que possibilitarão a votação em plenário das emendas não acatadas pelo relator. Esses pedidos (a previsão é de que cheguem a mais de mil) serão classificados e ordenados no dia 11.

E nesta data (11/9) que começa uma etapa decisiva, quando a Comissão de Sistematização vota o texto final do substitutivo, antes de seu encaminhamento ao plenário da Constituinte. A votação durará dois dias e será feita por títulos ou capítulos, ressaltados os destaques e as emendas.

Finalmente no dia 17 de setembro, o senador Afonso Arinos, presidente da Comissão, remete ao deputado Ulysses Guimarães o substitutivo aprovado, acompanhado do projeto de Constituição original e de todas as emendas com seus respectivos pareceres. Este é o último prazo rígido previsto pelo regimento interno, já que a votação em plenário (em dois turnos) foi deixada em aberto.

Sessão teve só cinco presenças Sistematização sem quorum

A falta de quorum adiou mais uma votação na Comissão de Sistematização. Desta vez foi a do projeto de resolução do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), com o objetivo de disciplinar a consulta plebiscitária prevista no regimento interno da Constituinte, que chegou a ser discutido rapidamente na reunião de ontem à tarde mas não pôde ser votado, porque até as 16h20m — a sessão estava convocada para as 15h — somente 21 membros da comissão haviam assinado a lista de presença.

Nem o próprio Virgílio compareceu à sessão. Da bancada do PT, aliás, só estavam presentes os deputados José Genoino (PT-SP) e Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). O presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), e o relator Bernardo Cabral, também não apareceram e foram substituídos, na reunião de ontem, pelo senador Nelson Carneiro e pelo deputado Nilson Gibson (PMDB-PE).

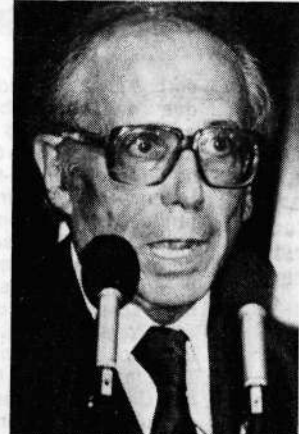
Nelson Carneiro anunciou o parecer favorável do relator Bernardo Cabral às emendas populares de números 45, 49 a 56, 59 a 71, 77, 80, 82 e 83. Logo em seguida Nilson Gibson leu o parecer de Cabral sobre o projeto de resolução de Virgílio

Guimarães. Cabral acredita que submeter a nova Constituição a plebiscito popular é "a própria negação da soberania da Constituinte para promulgar o seu texto final".

A defesa da proposta coube a Genoino, que considerou o plebiscito uma forma de democratizar ainda mais o processo de elaboração da nova Constituição. De acordo com o projeto de Virgílio, cada proposta de consulta plebiscitária temática deve ser assinada por no mínimo 56 constituintes e nenhum poderá subscrever mais de uma proposta.

O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), contestou a argumentação de Genoino. Para Sant'Anna, o projeto de resolução não pode criar matéria constitucional. Na sua opinião, o plebiscito deve ser votado pelo plenário da Constituinte, e só no caso de aprovação pode ter sua regulamentação feita através de projeto de resolução.

SOM — A partir de ontem as reuniões da Sistematização passaram a ser transmitidas pelo sistema de vídeo do Congresso aos gabinetes de todos os deputados e senadores.



Roberto Campos

Para Campos, será a pior Constituição

Rio — O senador Roberto Campos (PDS-MT) não leva fé na própria Constituinte da qual faz parte. "Esta é a oitava e vai acabar não pegando, como as outras sete que a antecederam". Justificou-se o ex-ministro, que participou ontem de uma reunião-almoo, na sede da Adecif (Associação dos Dirigentes das Empresas de Crédito, Investimentos e Financiamento), com membros da Adavai (Associação das Distribuidoras e Agentes de Valores).

— Tenho certeza de que será a pior Constituição da nossa história. É um amontoado de vagas inspirações de destruído o sistema capitalista sem construir o socialismo, outros 20 por cento de falsos liberais e 60 por cento de centristas moderados, que defendem a livre iniciativa sem convicções profundas a respeito de liberdade política e econômica e favoráveis à intervenções de caráter assistencialista, protecionista e nacionalista, afirmou.

Campos foi ainda mais longe. Os principais partidos da situação hoje no País, simplesmente teriam mudado de nome. O PFL passou a se chamar Partido dos Falsos Liberais e o PMDB Partido Moçambicano de Demolição do Brasil. O senador aproveitou a ocasião para criticar a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais, o monopólio do petróleo e da atividade mineral e até os conceitos de empresa nacional.

LUCIO BERNARDO



VISITA — O ministro do Interior, João Alves, esteve ontem em visita ao CORREIO BRAZILIENSE. Foi recebido pelo nosso superintendente Edilson Cid Varela, com quem tratou de assuntos da atualidade política do País.

AS DATAS IMPORTANTES	
DIAS	TRAMITAÇÃO
14 a 23/8	Período destinado ao relator para elaboração do parecer sobre o projeto e as emendas de plenário, concluindo por substitutivo.
24/8	Publicação e distribuição do parecer do relator.
25 a 30/8	Período destinado à discussão e emendamento do substitutivo. Oportunidade para falar um subscriptor de emenda popular.
31/8 a 7/9	Período destinado ao relator oferecer parecer sobre as emendas apresentadas ao substitutivo.
8 a 9/9	Publicação e distribuição, em avulsos, do parecer do relator sobre as emendas ao substitutivo.
10/9	De 09h às 15h - Período destinado à apresentação de pedidos de destaque.
10 e 11/9	10/9 (18h) a 11/9 (20h) - Período reservado à Secretaria e à Presidência para classificação e ordenamento da matéria a ser votada.
11 a 16/9	11/9 (20h) a 16/9 (9h) - Votação da matéria - Por títulos ou capítulos, ressaltados os destaques e as emendas.
17/9	Remessa à mesa da Constituinte do substitutivo aprovado pela comissão, acompanhado do projeto de Constituição, original, e de todas as emendas com seus respectivos pareceres, para votação em primeiro turno no plenário.

Odacir: BB não é local da Assembléia

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), está contrariando a Emenda Constitucional nº 26, ao instalar-se formalmente numa das dependências do edifício-sede do Banco do Brasil para elaborar seu novo substitutivo ao Projeto de Constituição.

tando não poder aceitar esse "injustificável e inexplicável deslocamento do relator".

— A Emenda nº 26, que convocou a Assembleia Nacional Constituinte — disse o Senador — estabelece que ela se reunirá na sede do Congresso Nacional. Ora, se a Emenda determina que se reúna na sede do Congresso Nacional, ela não pode, nem parte dela, reunir-se em outro local.